

AS ARMAS DOS FILÓSOFOS

THE PHILOSOPHERS' WEAPONS

Felipe Luiz¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é esboçar as relações entre as disciplinas da Filosofia e da Estratégia, ou, de maneira ainda mais geral, entre filosofia e ciências militares. Para tanto, elabora-se um inventário histórico da temática da guerra em filosofia, ainda que não exaustivo, pontuando algumas utilizações da guerra ou, em um nível mais, abstrato, de um modelo bélico na constituição de algumas correntes filosóficas, em um fio de continuidade que vai de Anaximandro até Foucault, passando por Heráclito, Hegel e Marx. Em outro movimento, são analisados alguns conceitos básicos da ciência da Estratégia, visando cotejá-los com aqueles da Filosofia, dado o fito almejado.

Palavras-chave: Metafilosofia. Estratégia. Guerra. Foucault.

Abstract: The objective of the present work is to sketch the relations between Philosophy and Strategy, or, in a more general way, between Philosophy and the Military Science. For that, we elaborate an historical inventory of the theme war in philosophy, even if not exhaustive, and indicate some utilizations of war or, in a more abstract level, of a warlike model in the constitution of some philosophical schools, in a thread of continuity that goes from Anaximander until Foucault, including Heraclitus, Hegel and Marx. In another movement, we analyze some basic concept of the Strategy Science, intending to compare them with the philosophical one, given the desired objective.

Keywords: Metaphilosophy. Strategy. War. Foucault.

Introdução

Filosofia e Estratégia, duas disciplinas com histórias e perspectivas muito distintas. Ou nem tanto, se considerarmos algumas curiosas sobreposições históricas. Ambos os nomes trazem a marca dos gregos, embora as etimologias divirjam muito. A genealogia do nome filosofia é deveras conhecida, mas não custa repisar. Trata-se da junção de dois vocábulos de uso corrente no grego, *philos* e *sophos*, ou “amigo” e “sábio”. *Philos* mantém relações com o verbo *philein*, “gostar”, “amar” e, também “beijar”. *Philein* distingue-se de dois vocábulos gregos, *erōs* e *agapō*; todos designam amor, mais *erōs* é o amor erótico, é um deus da mitologia, filho de Afrodite, enquanto *agapō* é o amor divino. Quanto a *sophos* sua etimologia nos indica a *sophia*, a sabedoria. O *philō sophos*

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP/Marília. E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6446-0810>

é assim aquele que mantém um amor em relação à sabedoria, mas um amor fraterno, como aquele que mantemos com quem nos acompanha em uma aventura. Já *strategia* vem de *stratos*, o exército ou de *strategos*, o chefe militar. No grego basta colocar o artigo na frente da palavra para torna-la um substantivo; assim, *ta strategia* seriam as coisas relativas ao chefe militar, ao general (CHANTRAINE, 1968). Mas os gregos utilizavam outro vocabulário para se referir ao saber do comandante, *strategike episteme* (ciência do general) ou *strategon sophia* (sabedoria do general) (LUTTWAK, 2001, p. 267)

Considerações etimológicas feitas, nos atentemos ao seguinte fato: se já se tentou situar essas disciplinas na Grécia, ao marca-la como seu local de origem, de onde teria se desabrochado todo o Ocidente e, por extensão, o mundo moderno mesmo, muitos autores vêm salientando as produções de outras civilizações que, no tempo, precederam a Grécia e, através de múltiplas trocas, influenciaram os próprios gregos em sua *démarche*. Afinal, na escala histórica, os gregos são recentes, verdadeiras crianças perto dos egípcios, que já construíam verdadeiros monumentos, muitos dos quais resistem ao tempo e duram até hoje, enquanto os gregos se perdiam nas estepes euroasiáticas, preocupados com coisas mais singelas, mas não menos importantes, embora, talvez, com impacto consideravelmente menor; coisas como ordenhar o gado, fugir e enfrentar outros povos na busca pelos melhores pastos, arrumar lenha para uma boa noite de sono ou costurar as melhores vestimentas possíveis de pele. Os helenos aprenderam muito com outras civilizações, a começar pelo seu alfabeto, oriundo dos fenícios; e a civilização micênica, que antecedeu os gregos clássicos, se assemelhava às demais civilizações ditas orientais, como a babilônica, com a vida social girando em torno do palácio real do *anax*, o imperador, cercado de escribas, os quais controlavam a produção e as trocas comerciais com múltiplos povos do Oriente próximo, da África e da restante bacia do Mediterrâneo (VERNANT, 1962).

Se os gregos cumpriram um papel importante, ao sistematizar e teorizar sobre conhecimentos obtidos de outras populações, não se deve superdimensioná-los. Com isso, enterra-se um pouco o velho eurocentrismo, que, embora caduco, ainda possui muita força, e esmaga produções e civilizações de outras partes deste tão diverso planeta.

Na filosofia, até bem pouco tempo atrás, os negros africanos eram considerados incapazes para o pensamento filosófico, sem contar os povos ameríndios ou os do Oriente mais distante, minimizados e dominados, em um projeto de desqualificação muito bem executado, que se misturava com a imposição de uma religião, destruição de formas tradicionais de vida em benefício do domínio de grandes empresas do centro, ávidas por

mão-de-obra, matérias-primas e mercados, além de ser válvula de escape para os excedentes populacionais e campo aberto para a propagação da fé ocidental, o cristianismo. Felizmente, com o processo de descolonização e descentramento levado a cabo no último período, ainda que não completamente, a filosofia vem se redescobrendo e sendo alargada, em um movimento que, curiosamente, começa no centro mesmo da civilização ocidental, Paris, com os coletivos negros que vão colocar em primeiro plano a filosofia africana (MONTROYA, 2010).

No campo da Estratégia, entendida enquanto uma ciência própria, subárea da Ciência Política ou, talvez, das Ciências Militares ou das Relações Internacionais, esse descentramento é mais antigo. Já no século XVIII, com as primeiras traduções de Sun Tzu, contemporâneo do florescimento da filosofia na Grécia, descobriu-se a riqueza do pensamento militar chinês. A Índia teve que esperar um século a mais para que Kautilya, popularizado por Weber, ganhasse alguma repercussão, mas que não se assemelha àquela do velho estrategista sino. A ciência ocidental da Estratégia lidou melhor com suas contrapartes exógenas, talvez porque, vencidos nas armas, os chineses ou indianos não representassem perigo prático, pelo menos até as tropas de Mao Tsé Tung tomarem o país, sagrando-o clássico dos estudos militares².

Além disso, a Filosofia é frequentemente encarada como um dos píncaros do pensamento; ainda Kant a chamava de rainha das ciências, verdadeiro coroamento, talvez paquidérmico, de uma obra ou esforço intelectual. Em nenhuma outra ciência os mortos gritam tão alto quanto na Filosofia, estudados que são milênios depois de seu desvanecer, e que provocam ainda, malgrado o correr das areias do tempo, contendas tão vivas quanto no dia em que viram a luz das estrelas pela primeira vez — até mesmo mais violentas. Se já existem tratados que incorporam plenamente a contribuição de múltiplas civilizações para o campo da Estratégia (por exemplo, CREVELD, 2000), na Filosofia esse grande livro — verdadeira história da filosofia compreensiva e abrangente — talvez espere para ser escrito, ao menos até onde correm nossos conhecimentos. As filosofias não-europeias ainda sofrem resistência nos departamentos, e esse torque, ligado por vezes a projetos políticos que todos acreditavam ultrapassados, demorará muitos séculos para ser vencido. O miasma do colonialismo, persistente, luta contra as forças do novo mundo, este que

² Para uma breve história da estratégia consultar CrevelD (2000). Para o pensamento militar de Mao Tse Tung, buscar Eceme (2011). Para Sun Tzu, há várias várias traduções para quem não domina o mandarim; por exemplo, Sun Tzu (2008). Para Kautilya ver (1992).

está sendo plasmado pelo que de melhor a humanidade produziu, a força viva da multidão (HARDT; NEGRI, 2000).

Além desse desnível de aceitação, provavelmente decorrente do prestígio de que goza a filosofia no campo do pensamento, a Estratégia parece mais mundana. O filósofo é retratado como um autêntico alienado, preocupado com *ta meteōra*, com as coisas divinas, enquanto que o estrategista mantém um “olho no peixe, outro no gato”, conforme o dito popular, plenamente inserido nos debates políticos, militares e diplomáticos, no verdadeiro xadrez de forças reais da geopolítica. Não foi o próprio Marx³ que chamou os filósofos a deixarem de somente interpretar o mundo para mudá-lo? O filósofo, esse padre laico, preocupado com debates bizantinos e o sexo dos anjos, enquanto a terra gira, a máquinas operam, ricos ganham dinheiro, pobres labutam e o novo velho dia surge no horizonte. Filósofos quase nunca são consultados, por exemplo, para decisões de governo ou de Estado, enquanto que os generais, vizinhos do poder, são verdadeiros cicerones dos novos políticos, introduzindo-os no afável mundo das disputas por força, não raro até mesmo as integrando.

Outro aspecto, por vezes esquecido, é o próprio papel que a Base Industrial de Defesa (BID) cumpre no desenvolvimento das novas tecnologias, muitas das quais revolucionárias, as chamadas tecnologias duais, pensadas para o uso militar, mas aclimatadas para a vida civil. Este texto não poderia ser nem escrito nem publicado — talvez nem mesmo lido — se não fossem as novas técnicas originalmente pensadas para fazer a guerra, para, no fim das contas, matar. Os exemplos são muitos, e deitam distantes raízes no tempo: desde antes da defesa de Siracusa por Arquimedes até a energia atômica, passando por materiais químicos, computadores, internet, celulares, etc. Não, os generais, os oficiais, enfim, o *staff* militar não está perdido nas nuvens como os filósofos. À exceção do nome de origem helênica, nada os une, tudo o separa; é o que os dados parecem indicar, não é mesmo?

Mas, e se olharmos mais atentamente, bem de perto, escarafunchando textos, perfis e, talvez, chegando ao *core* mesmo de ambas as produções? De saída indicamos, talvez levianamente, algo em comum: no *Discurso do método* Descartes propôs a divisão do objeto de estudos em tantas partes quanto necessárias à pesquisa, a fim de facilitar a compreensão. Do mesmo modo, uma das principais estratégias militares é *bater por partes*, atingindo o centro ou os flancos do inimigo separadamente, a fim de desmontar

³ Sobretudo Engels se preocupou com a questão militar. Ver Neuman e Von Hagen (1986).

seu dispositivo militar aos poucos. Se filósofos e militares indicam uma via símile, por que nós não a seguiríamos? Assim, comecemos pela filosofia, depois passemos aos militares, indicando proximidades entre estratégia e pensamento abstrato, para, depois, unifica-los, e tentar identificar se há coisas em comum.

Guerra e Filosofia

A guerra foi objeto de muitos filósofos; todos os tratados de filosofia política com os quais travamos contato até a presente data possuem um capítulo ou passagens referentes à guerra. Os mais lembrados, certamente, são Heráclito e seu famoso fragmento 53 DK, “a guerra é de todas as coisas pai, de todas rei, e pois os deuses mostrou, como os homens, de uns pois escravos fez, de outros livres” (Heráclito, DK DK 53 *apud* KAHN, 1979⁴); e o ponto de partida de Hobbes, a guerra de todos contra todos, estado primevo da humanidade, anterior ao estabelecimento da soberania; esta seria a panaceia que veio curar a desconfiança mútua, o clima de medo constante, que reinava na sociedade pré-Estado. Além disso, muitos filósofos foram também guerreiros (a começar por Tales, passando por Sócrates), soldados (como Descartes e Wittgenstein) ou até mesmo guerrilheiros (Canguilhem) ou, seu antípoda, notórios pacifistas (cujo exemplo mais cadente é Russel, sem dúvidas).

Claro, há ainda outras relações caso tomemos o caminho habitual dos filósofos e abstraíamos. Nos manuais militares, como de Beaufre (2004), é patente que guerra envolve contendores; pode-se dizer até mesmo que este é um juízo analítico em termos kantianos: está contida na ideia de guerra dois ou mais adversários lutando por seus objetivos contrários. Portanto, a luta entre opostos parece ser própria à guerra. Nesses termos, se tomarmos que esse tipo de modelo analítico é belicoso, isso nos remete ao coração da filosofia. Já Anaximandro, o primeiro filósofo ocidental a ter escrito um livro em prosa, aprendiz de Tales — o afamado fundador da filosofia grega —, fala de contrários em conflito no que restou de seu livro (PRATES; SILVA, 1992). Mas Heráclito se notabilizou, nos primeiros tempos da filosofia, por propor um modelo de inteligibilidade belicoso do universo ao colocar a guerra acima dos deuses, espécie de supradivindade, encarregada de determinar inclusive o que é o divino. Esse paradigma belicoso se repete em vários outros pensadores, que chegaram a constituir, por contraste,

⁴ “pólemos pantōn men patēr esti, pantōn de basileus, kai tous men theous edeixē tous de anthropous, tous men doulous epoiesē tous de eleutherous” (HERÁCLITO, DK 53).

um grupo não organizado e bastante difamado na história da filosofia, os sofistas. Estes, compreendendo o valor da força persuasiva do discurso em uma Atenas governada pela *eklesia*, a assembleia, ensinavam retórica, visando formar jovens com poder de ganhar a audiência e fazer prevalecer seu ponto de vista, nos entremeios da atribulada vida política democrática ateniense. O grande modelo contrário aos sofistas, eternizado pelos dotes literários e boa sorte dos manuscritos — para não dizer da pertinência do platonismo em uma sociedade em breve cristianizada — foram Sócrates e Platão, que valorizam a permanência, a imutabilidade, ao mesmo tempo que integravam em suas propostas os pensadores mutabilistas do primeiro momento da filosofia, cujo membro mais famoso é o mesmo Heráclito.

O modelo heraclítico foi um dos que teve mais boa fortuna na vida intelectual do Ocidente. Isso por que Heráclito, ao mesmo tempo em que afirma a mutabilidade geral das coisas, epitomizado na máxima *panta rhei*, “tudo flui”, propunha que esse conflito das coisas é aparente; por trás da máquina ontológica de moer carnes, há uma *harmonîē*, um acordo; para ele, o ser desacorda no acordo superior. Pensemos em um exército; embora lutem, há certos acordos, desde o mais básico (o campo de batalha) até elementos mais sofisticados, como o moderno direito de guerra, com seus múltiplos tratados. Pode-se dizer ainda de outro modo: a multiplicidade dos entes pressupõe a unidade do ser. Sem essa unidade, não seria sequer possível falar de ontologia, ou, em um nível ainda mais elementar, nos comunicarmos, andarmos, pensarmos — vivermos, enfim. Platão elaborou uma espécie de trégua entre os filósofos mutabilistas e aqueles que salientavam a permanência, os eleáticos (RIVAUD, 1932). Na mesma perspectiva, mas partindo de outras paragens, se detendo em outras estações, e chegando a destinos diferentes, Aristóteles desenvolveu seu sistema, que previa a mudança, mas relatada a um primeiro motor imóvel, que tudo começou (ARISTÓTELES, 980a-1093b). Essas duas obras maiores do pensamento — Platão e Aristóteles — disputaram em influência por toda a modernidade. Não é incomum escutar, em um curso de filosofia, que a história da filosofia é a contenda entre esses dois mestres gregos; até mesmo Rafael, em seu carro-chefe, *a Escola de Atenas*, retratou em primeiro plano ambos os filósofos discutindo, o que salienta a importância destes no cerne do Renascimento.

Em um de seus livros, Schopenhauer relaciona Kant a Platão, defendendo que ambos, no fim das contas, estão falando a mesma coisa (SCHOPENHAUER, c. 2010). Poderíamos seguir as trilhas do mestre pessimista e apontar que Aristóteles e Hegel também guardam muitas semelhanças, observadas os abismos que os cindem. É em Hegel

que a obra de Heráclito, desprezada como boa parte da tradição pré-socrática, encontra verdadeira revivescência na modernidade. Hegel recupera a surrada dialética, cuja história merece um livro a parte, para erguê-la a um nível superior, transformando-a em lógica dos contrários. Assim, na história da arte, por exemplo, três períodos se sucederam, se antagonizaram, até chegar à arte romântica, suprassumo da produção do belo, ao menos até os idos dias de Hegel (HEGEL, 2001). Na *Fenomenologia do espírito*, as figuras da consciência se sucedem, em um crescendo até chegar à consciência da liberdade (HEGEL, 1992). Ou seja, se há disputa em Hegel, contrários que se antagonizam, um sendo o fim do outro, a velha *harmoniē* de Heráclito segue com outro nome — Absoluto, que subsume os contrários em um nível superior. Destarte, para Hegel, todos os sistemas de filosofia em suas escaramuças antológicas — o conflito das filosofias de que nos fala Porchat Pereira (PEREIRA 1981) —, estão corretos, na medida em que são facetas do Mesmo soberano, o Absoluto, que a tudo engloba e tudo compreende, o *telos* da história (HEGEL, 1983).

Marx, na linha hegeliana, utiliza um método parecido. Se as lutas de classes tudo englobam, determinando a história, há um devir que encaminha para que o proletariado, tornado classe antagonista da burguesia, e portador dos destinos da humanidade, sujeito mesmo da história de nossos dias, reverta o quadro, ponha fim na pré-história da humanidade e instaure o verdadeiro começo dos tempos, onde uma humanidade, reconciliada consigo própria, não mais apartada em classes sociais, descarnada da exploração econômica e da opressão política, possa enfim começar uma vida onde as potencialidades humanas, livres da alienação, se desenvolvam (GURVITCH, s.d.). Vê-se que o modelo heraclítico, dos contrários em disputa que se reintegram em uma coesão superior, ainda se mantém. O paradigma é replicado, expandido e fortemente politizado.

Nesse ínterim, dois são os acontecimentos maiores: a filosofia de Nietzsche e, *a fortiori*, de seus herdeiros franceses, notadamente Foucault. Em alguns textos, Nietzsche se interroga sobre o valor dos valores (NIETZSCHE, 2007), nele incluso uma perspectiva dominante em toda a história da filosofia, a busca pelo *logos*. O termo é de difícil tradução. Tradicionalmente, se aceita que foi Heráclito a introduzi-lo na filosofia. Há muitas discussões sobre qual seria sua real acepção nesse pensador. Tomemos partido e assumamos que ao menos um dos significados *logos* em Heráclito é *racionalidade*, indicando a forma como o mundo, o ser mesmo, se dá. Nesse sentido, quem descobrir essa forma de operação do *kosmos* terá descoberto a verdade. Por toda a história da filosofia, a busca pela verdade foi essencial; não verdades banais, como o que a folha do

aloe vera é verde. Verdade em um sentido forte, ontológico: leis de funcionamento do mundo, a organização íntima dos entes, deus, a alma, etc. Nietzsche se indaga sobre o valor inclusive desse valor, a verdade, elaborando o que ele toma como uma psicologia dos filósofos. Assumindo também um modelo belicoso, Nietzsche retira os próprios fundamentos de qualquer ação, e deixa como único ponto onde esta pode se assentar uma vontade de dominar, de se superar, enfim, de viver, ou seja, o átomo que é o sujeito como fonte única da ação e da medida para aquilatar as coisas; a vida e sua majoração tornada valor supremo (NIETZSCHE, 1999).

Foucault radicaliza esses pressupostos. Também toma um modelo guerreiro (FOUCAULT, 2001), mas, ao contrário de Nietzsche que se contenta em afirmar, um tanto quanto arbitrariamente, sua visão de mundo, Foucault tenta documentar essa perspectiva, mostra-la como efetiva na história (FOUCAULT, 1994b). A verdade é tomada como só mais um valor — mais uma perspectiva; por que privilegiá-la? Em um gradil febrilmente bélico, Foucault expõe a formação íntima do Ocidente capitalista, desnudando as relações de poder que se mascaravam em medidas aparentemente indenes do ponto de vista política, como a higienização das ruas ou as medidas para aumentar o nível de vida das populações — para Foucault, na verdade a instauração de um modelo de sociedade que visa extrair o máximo de lucro de seus membros ao mesmo tempo em que lhes adestra para a docilidade política (FOUCAULT, 1975; 1976). A loucura, diz Foucault, foi cuidadosamente construída como doença mental, em variadas manobras que visavam controlar uma população cujo modo de vida se chocava com uma sociedade nascente, a sociedade contemporânea, urbana, industrial (FOUCAULT, 1972). Para Foucault, não é a guerra que é a continuação da política, mas esta a verdadeira continuação daquela (FOUCAULT, 2001). Nesse modelo que radicaliza a guerra, Foucault foi até as últimas consequências, se valendo inclusive de um vocabulário todo forjado para o embate: poder, luta, estratégia, tática, dispositivo. As relações de poder são encaradas em um gradil belicoso onde só nos resta ou resistir ou sucumbir — não há meio termo. Se considerarmos que Foucault é um dos últimos grandes filósofos, posto que desde seus trabalhos poucas obras tiveram tanto impacto em tantas áreas diferentes, ao menos na tradição continental, podemos, ao recuperar de maneira lassa pressupostos hegelianos, afirmar que nas suas produções mais coetâneas a filosofia não desembocou no Absoluto nem na reconciliação da humanidade — mas na guerra.

Há, em Foucault, múltiplas metáforas bélicas, conforme apontado. Ele nos diz que

O poder é essencialmente uma relação de força, então, até um certo ponto, uma relação de guerra, e, por consequência, os esquemas que devemos utilizar não devem ser emprestados à psicologia ou à sociologia, mas à estratégia. E à arte da guerra” (FOUCAULT, 1994c, p. 87)

Ou seja, a melhor forma de entender as relações de poder seria a utilização de modelos oriundos das pranchetas dos militares. Essas intuições belicistas de Foucault são muito ricas, embora não tenham sido tão desenvolvidas. Peguemos o conceito de estratégia, por exemplo. Foucault opera com cinco formulações distintas deste, uma na fase arqueológica, pouco ligadas relações de poder; outras quatro nas fases subsequentes de seu pensamento, que podem ser divididas em duas, estratégia histórica e estratégia de comando. A primeira expressa a ideia da emergência de um dispositivo em um contexto belicoso em um contexto de pura externalidade, ou seja, sem se referir a um *cogito* fundante; como se a guerra social, que envolve a tudo e todos (não há espaço para a inocência; tudo é conflituoso, a sociedade está tomada pelas relações de poder), fosse composta por movimentos parciais, táticas, que redundam, pelo resultado do prélio, em estratégias, em características que definem uma formação social. O outro conceito, estratégia de comando, cobre a estratégia em um sentido mais comum, envolvendo os movimentos de uma consciência da formatação de um repertório de ações e discursos a fim de vencer o inimigo (LUIZ, 2021).

Em Foucault, as relações de poder são coextensivas às relações sociais. Sexo, família, Estado, higiene pública, medicina, etc. Tudo isto está eivado de lutas. Não há nada natural em uma sociedade. O corpo social é eletrizado por Foucault. O homem não é um animal político, mas um animal politizável. Se é politizável, pode ser alterado, poderia ser de outra forma. Foucault deixa um espaço aberto às resistências, a outros projetos; enfim, à outras estratégias. Essa sociedade onde o poder está em toda parte, verdadeira pantocracia, é melhor analisada não pelos modelos jurídicos dos filósofos ou por um modelo econômico, como querem os marxistas; mas por paradigmas militares.

Estratégia e filosofia

E quanto à ciência da Estratégia, qual papel ela reserva à filosofia? Já foi dito que, para os pensadores militares, é o conflito a chave de entendimento das relações humanas, sendo a Estratégia a ciência que operacionaliza a resolução dos conflitos, classicamente pela via armada, hodiernamente também por vias não diretamente violentas, como a

diplomacia (ECEME, 2011). A Estratégia é uma ciência subordinada; acima dela estão a Filosofia Política e a Ciência Política (MEIRA MATTOS, 1986). Quanto à primeira, ela debate em um nível mais abstrato, definindo uma sociedade em seus traços mais gerais; um exemplo de filosofia política é o liberalismo, o qual expõe o que é uma sociedade, o que deve ser o Estado, o que são direitos, qual a origem destes, etc. Já a Ciência Política trabalha no nível do funcionamento real das estruturas de poder; os diferentes partidos, seus projetos, seu *modus operandi*, os movimentos de massa, suas oscilações; enfim, tudo isso constituem alguns dos tópicos deste ramo do saber. Assim, ela lida com as diferentes projeções de sociedade em um contexto de conflito. A Estratégia entra em cena para operacionalizar essas projeções, ou seja, para, em um contexto de disputa entre projetos, sagrar um vencedor, criar os meios que permitam que dadas ideias e forças prevaleçam, enquanto outras soçobram. Como se vê, a Estratégia é uma ciência da mais alta importância para qualquer grupo político e, *a fortiori*, a um Estado, visto que, no caso brasileiro, por exemplo, há objetivos de Estado a serem alcançados. O mesmo ocorre com outras unidades políticas, que também querem ver seus objetivos logrados (MARTINS, 1995).

Um Estado é uma unidade política, um agrupamento de indivíduos tentando sobreviver. Parece que a Estratégia considera que há uma disputa de Estados por influência, poder, recursos, visto que estes são limitados. No rol das nações, algumas são dominantes, outras dominadas, e todo Estado aspira à dominância: controlar os recursos estratégicos, oferecer a suas populações bons níveis de vida, possuir meios de realizar os objetivos almejados, enfim. Essa projeção de um Estado na arena internacional chama-se Poder Nacional. É a capacidade de um Estado em definir os rumos que o globo toma. O Poder Nacional possui muitas expressões, a mais clássica a militar; contudo, formulações hodiernas apontam, por exemplo, a ciência ou a cultura enquanto formas de Poder Nacional (ECEME, 2011).

O Poder Nacional está alicerçado em uma sociedade, partilhando seus valores e os defendendo. Ou seja, trata-se de uma projeção, para a esfera do conflito, de pressupostos axiológicos. No caso do Brasil, por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG) acredita que os valores fundamentais são: liberdade, igualdade e fraternidade. No campo de liberdade, a dignidade da pessoa humana e sua irredutibilidade a qualquer outra força. É uma visão humanista, abertamente tomista (ESG, 2019). Não à toa: a ESG surge em meados da década de 40, quando o neotomismo desfrutava de grande força no Brasil (PAIM, 1987); essa predominância do cristianismo e de um certo liberalismo nas

formulações de um órgão como a ESG, que produz saber para orientar as mais altas esferas do Governo brasileiro, também não é vã. As ideias dominantes em uma sociedade hão de convir com as ideias de seus líderes mais destacados; de outro modo, conflitos eclodiriam, mais ou menos insolúveis. A sociedade brasileira contemporânea, liberal e cristã, vê essas ideias projetadas como seus valores fundamentais, até mesmo em documentos de Estado, como a Constituição.

Nesse sentido, uma sociedade possui objetivos, ou seja, possui metas que visa serem realizadas para garantir o bem comum de sua própria população. Esses Objetivos Nacionais podem ser divididos em Objetivo Fundamentais, Objetivos de Estado e Objetivos de Governo (ESG, 2019). Os Objetivos Fundamentais expressam as mais altas externalizações de uma comunidade, aquilo que de mais elevado ela aspira para o futuro pautada em sua história. Já os Objetivo de Estado são mais perenes que os Objetivos de Governo e mais transitórios que os Objetivos Fundamentais. Os Objetivos de Governo, como o próprio nome indica, são indicados conforme novo grupamento assumo o controle do Estado; são transitórios e devem estar em consonância com os objetivos mais gerais (ESG, 2019).

Os Objetivos Nacionais indicam uma vontade, uma projeção sobre o mundo daquilo que se quer realidade. Contudo, não basta querer, é preciso *poder* realizar suas vontades. O Poder Nacional indica a possibilidade de realização destes objetivos. Em outras palavras, a nação, enquanto formação social específica — marcada por uma semelhança de objetivos e de visão de mundo — intenta a algo, algo expresso nos Objetivos Nacionais. Os meios para concretizar esses objetivos constituem o Poder Nacional. O caudatário do Poder Nacional de uma formação social é o Estado; este é “a Nação politicamente organizada” (QUEIROZ LIMA *apud* ESG, 2019, p. 32). O Estado existe para canalizar os meios de uma Nação a fim de concretizar seus objetivos.

O Poder Nacional, conforme dito, comporta várias expressões. Uma delas é a militar; as demais são a econômica, psicossocial, política e a já apontada expressão científico-tecnológica. O Poder Nacional possui três Fundamentos: O Homem, a Terra e as Instituições. Essas são suas características mais marcantes, variáveis no tempo e no espaço, mas suficientemente fixas a ponto de demarcarem uma clivagem geohistórica. Esses Fundamentos apresentam Fatores, que influem em si; e estes Fatores se mostram através de Organizações e Funções, mais variáveis.

O Poder Nacional é, portanto, um meio:

Há que se entender o Poder como um meio para a produção de efeitos. Por isso, muito mais que a preocupação com o poder sobre, o que se tem em vista é o poder para. O Poder Nacional é instrumento, sendo incorreto vê-lo como um fim em si mesmo (ESG, 2019, p. 33)

“Por isso entende-se que o Poder Nacional é o instrumento de que dispõe a Nação para conquistar e manter seus objetivos.” (ESG, 2019, p. 34). A Estratégia é, exatamente, a ciência dos meios; é ela que viabiliza que um poder possa ser efetivado. A Política determina os fins de uma Nação, baseada em sua história e em seus conflitos; fins estes que um Poder Nacional, expressão política dessa Nação, almeja e uma Estratégia executa. Eis o que pensam os militares brasileiros.

Qual a relação disto com a filosofia, afinal de contas?

Conclusões

A charada se torna fácil de matar nesse ponto, visto o antepasto já fornecido no princípio do texto. Já diz aquela música que se tornou famosa: *We all live in America*⁵, da banda alemã *Ramstein*. Marx e Nietzsche, para citar os mais famosos, já apontam como predominância política significa predominância intelectual. Os filósofos que lemos, as grandes ideias, as correntes de pensamento têm, via de regra, uma mesma origem, o eixo Atlântico Norte, Europa (e alguns poucos países desta) e EUA, curiosamente os maiores países ou conglomerados de países (no caso da União Europeia) em termos econômicos e políticos do globo. São suas filosofias que influenciam o restante do planeta, suas ideias as que penetram fundo, suas posições, seus sofrimentos e rusgas as que são ressonadas. A filosofia, enquanto abstração mais geral do pensamento, a ponto de tratar do ser ele mesmo, é uma forma de Poder Nacional, de um Estado ganhar influência e, assim, manobrar os rumos de uma correlação para um ou outro lado segundo seus Objetivos Fundamentais. Além disso, a Filosofia Política, com suas definições sobre como deve ser um Estado, influenciaram decididamente a formatação do espaço global contemporâneo. Fazer Filosofia e pensar uma Estratégia — eis ações similares. Basta considerar, por exemplo, a ontologia, a qual toma como objeto de investigação o próprio ser, nisto compreendido todos os entes; ou a lógica, que visa dar as regras do pensar com correção. Mero jogo teórico, ou um projeto de poder bem definido?

⁵ A tradução é: “todos nós vivemos na América”, isto é, nos EUA.

Podemos nos perguntar, por exemplo, por que os EUA financiaram Hannah Arendt em plena Guerra Fria? Ou por que o livro de Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, era distribuído pelo Consulado dos EUA no Brasil, livro este que era arauto de um mundo sem esquerda? Podemos nos perguntar, com Ha Joon Chang (2004), por que o liberalismo é defendido pelos países centrais em detrimento de posições heterodoxas na economia e na política? Sabemos a resposta. Essas filosofias foram produzidas e interessam aos poderes dominantes nos países centrais, assim como a URSS divulgava e defendia sua própria filosofia. Esta não é um debate inocente, uma joia intocada no mundo do vil metal. A filosofia é importante e interessada. Até mesmo a velha busca pela verdade deve ser politizada, conforme o procedimento de Foucault. Deste podemos inferir o seguinte: perguntar a cada ideia qual seu corolário, qual sua aplicação, quais suas consequências. A filosofia se nos assoma como integrante de uma estratégia de Poderes Nacionais na busca por controle político — ou de contrapoderes tentando se firmar.

Assim, a emergência das “novas” filosofias, como a indiana, a indígena, a chinesa ou a africana indicam um mundo em mutação, onde novas estratégias, novas propostas de mundo estão em jogo. As resistências que encontram são a da velha ordem teimando em resistir. Para que essas filosofias, ligadas às populações historicamente dizimadas ou oprimidas, encontrem eco, é necessária uma tomada de posição política, que engaje sujeitos na busca de um mundo novo, onde velhos preconceitos, como os étnico-raciais, e velhas práticas, como a submissão de populações inteiras para o beneplácito de meia dúzia de marajás, não sejam mais possíveis. Ou seja, a filosofia não é um trabalho que fica indene, no seu céu intocado de conceitos, mas uma ação que exige um posicionamento político. O próprio ato de filosofar, dependendo de como se o faça, já indica uma resistência — ou uma submissão aos grandes poderes do mundo.

Hodiernamente, há variadas reflexões nesse sentido. Pensemos nas críticas ao colonialismo, oriunda de autores da filosofia africana, como Mbembe (2013). Tomemos a crítica à modernidade capitalista de um autor como Krenak (2019), que mira o modo de vida mesmo das grandes sociedades. Ou as distintas produções dos autores decoloniais, que marcam a modernidade como começando com o massacre dos indígenas na futura América (BALLESTRIN, 2013). Todas estas produções indicam que o velho mundo está em vias de morrer, mas que sua morte tem que ser matada, não morrida.

Filosofia e estratégia, isto não nos parece uma mescla exótica. Os campos se comunicam em muitos sentidos, como mostramos; não só no nome, mas no cotidiano da

política mundial, onde se travam as grandes decisões que afetam a todos nós — para melhor, ou para pior.

Referências

- ANAXIMANDRO, HERÁCLITO et ali. *Os pensadores originários*. Petrópolis: Vozes, 2017
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. SP: Loyola, 2002
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117
- BARNES, J. *Filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEAUFRE, A. *Introdução à estratégia*, Lisboa: Silabo, 2004
- BEAUFRET, J. *Le poème de Parménide*. Paris: PUF, 1955.
- BERGE, D. *O logos heraclítico*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969
- CHANG, H-J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. SP: EDUNESP, Trad. Luiz Araújo, 2004.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1968
- CREVELD, M. van. *The Art of War - War and Military Thought*. London: Cassel, 2000
- DELEUZE, G. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF, 1983
- DELEUZE, G. PARNET, Claire. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1996
- DESCARTES, R. *Discours de la méthode*. Paris: Vrin, 1987
- DREYFUS, H. RABINOW, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1982
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). *Introdução à estratégia*. S.l.: CSP/ECEME, 2011
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). *Fundamentos do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 2019
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1996
- _____. *Dits et écrits 1954-1988: I 1954-1969*. Paris: Gallimard, 1994a
- _____. *Dits et écrits 1954-1988: II 1970-1975*. Paris: Gallimard, 1994b
- _____. *Dits et écrits 1954-1988: III 1976-1980*. Paris: Gallimard, 1994c
- _____. *Dits et écrits 1954-1988: IV 1981-1988*. Paris: Gallimard, 1994d
- _____. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972
- _____. *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976
- _____. *Il faut défendre la société*. Le Foucault Électronique (ed. 2001)
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1996
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971
- _____. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 2007, 24ª ed.
- _____. *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard, 1975
- _____. The subject and power. In DREYFUS, H. RABINOW, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1982
- GURVITCH, G. *Proudhon e Marx II: uma confrontação*. Lisboa: Presença, s/d.
- HARDT, M. NEGRI, A. *Empire*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000
- HART, B. H. L. *Strategy*, NY: Meridian Book, 1991
- HEGEL, G. W. F. *Cursos de Estética*. SP: EDUSP, 2001
- _____. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, vol. I.
- _____. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Hemus, 1983.

- _____. *Lecciones sobre la historia de la filosofia* México: Fondo de Cultura Economica, 1996.
- KAHN, C. *The art and thought of Heraclitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979
- KIRK, G. S. *Heraclitus — The cosmic fragments*. Great Britain: Cambridge University Press, 1971
- KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N. Rangarajan. New Delhi: Penguin Books, 1992
- KIRK, G. S. RAVEN, John Earle. SCHOFIELD, Malcom. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Calouste, 2010
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- LUIZ, F. Clausewitz, Liddel Hart, Beaufre, Foucault: O conceito filosófico de estratégia. *Ítaca*, vol 34, 2019
- _____. *Poder e história: o conceito de estratégia em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado. Marília, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204355>>, acessado em 28/04/2021
- LUTTWAK, E. *Strategy: the logic of war and peace*. Cambridge/London: Belknap Press of Harvard University Press, 2001
- MARTINS, R. F. R. C. Acerca do conceito de estratégia. *Nação e defesa*, Ano IX, no 29, Janeiro-Março de 1984 (1995), Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1995, pp. 97-125
- MBEMBE, A. *Critique de la raison nègre*. Paris: La Découverte, 2013
- MEIRA MATTOS, C. de. *Estratégias militares dominantes*. RJ: BIBLIEX, 1986
- MONTOYA, F. S. *Introducción a la filosofia africana*. Un pensamiento desde el cogito de la supervivencia. Tenerife: Idea, 2010
- NEUMANN, S. VON HAGEN, M. Engels and Marx on Revolution, War, and the Army in society. In PARET, P. et ali. *Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear age*. Princeton: Princeton University Press, 1986, pp. 262-280
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral*. Companhia da Letras, SP-SP, 2007
- _____. *Obras incompletas*. SP: Nova Cultural, 1999
- PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1987, 4ª ed.
- PARET, P. et ali. *Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear age*. Princeton: Princeton University Press, 1986
- PEREIRA, O. P. *A filosofia e a visão comum do mundo*. SP: Brasiliense, 1981
- PRATES E SILVA, R. C. Bicalho. *A justiça cósmica (um estudo sobre Anaximandro de Mileto)*. Tese de Livre-docência, Araraquara: FCL-UNESP, 1992.
- RIVAUD, A. *Les grands courants de la pensée antique*. Paris: Armand Colin, 1932
- SAINT-PIERRE, H. *Política armada — fundamentos da guerra revolucionária*. SP: EDUNESP, 1999
- SCHOPENHAUER, A. *Metafísica do belo*. SP: EDUNESP, 2003
- SUN TZU. *A arte da Guerra*. S/l: Novo Século, 201?
- SUN TZU. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2008
- TEMPELS, P. F. *La philosophie bantoue*. Paris: Présence africaine, 1961
- TOYNBEE, A. J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução de Waltensir Dutra. RJ: Zahar, c1963
- _____. *The world and the west*. London: Oxford University Press, 1953
- VERNANT, J-P. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1962, 1ª edição.

Recebido em: 23/03/2021
Aprovado em: 21/07/2021